

Ministérios deixam de gastar R\$ 15,5 bi até abril

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Repetindo o que ocorreu no segundo semestre de 2017, os ministérios não estão conseguindo gastar os recursos liberados para eles pelo Tesouro Nacional. De janeiro a abril, os vários órgãos do Executivo deixaram em caixa R\$ 15,5 bilhões, de acordo com o relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, relativo ao primeiro quadrimestre deste ano, encaminhado pelo governo ao Congresso, no início deste mês.

Do limite de R\$ 88 bilhões em despesas discricionárias, autorizado pelo decreto de programação orçamentária e financeira para o primeiro quadrimestre, os órgãos do Executivo só conseguiram gastar R\$ 72,5 bilhões. Ou seja, 17,6% do total liberado ficaram no caixa, "empoçados".

Os demais Poderes tinham limite financeiro de R\$ 3,87 bilhões e gastaram R\$ 3,83 bilhões - quase a totalidade. As despesas discricionárias são aquelas que o governo não é obrigado a executar e pode contingenciar.

O relatório não especifica quais os órgãos do Executivo ficaram com dinheiro em caixa no primeiro quadrimestre. Fontes da área

econômica explicaram que o "empoçamento" dos recursos decorreu da não conclusão de obras ou serviços que estavam programados para o período. Por isso, o dinheiro não pode ser usado.

Os recursos não gastos não retornam, no entanto, aos cofres do Tesouro. Ficam no caixa dos órgãos públicos à espera da liquidação da obra ou do serviço. A liquidação é a etapa orçamentária que antecede o pagamento. As mesmas fontes acreditam que o volume de recursos não gasto pelos Ministérios deve ter sido reduzido em maio e neste mês.

O "empoçamento" do dinheiro foi uma das razões para o melhor resultado primário registrado no primeiro quadrimestre deste ano. Isto ocorre porque a metodologia utilizada pelo Tesouro para o cálculo do resultado primário é a diferença entre as receitas e as despesas, consideradas pelo valor pago.

A meta fiscal do governo federal (inclui as empresas estatais federais) para o período de janeiro a abril era de déficit primário de R\$ 27,9 bilhões, mas o resultado ficou em déficit de R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 2,6 bilhões para o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) e R\$ 1,4 bilhão para as estatais.

Em 2017, os Ministérios não conseguiram gastar R\$ 30 bilhões que foram colocados à disposição deles pelo Tesouro. O "empoçamento" dos recursos foi uma das principais explicações para o melhor resultado primário registrado no ano passado pelo governo central. O déficit primário do governo central no ano passado ficou R\$ 14,6 bilhões abaixo da meta.

Na época, o Tesouro informou que o Ministério da Saúde deixou de gastar R\$ 4,4 bilhões, o Ministério da Educação, R\$ 900 milhões, e o Ministério da Justiça, R\$ 1,2 bilhão. Um montante de R\$ 4,8 bilhões liberados para pagar emendas parlamentares também não foram utilizados.

No relatório sobre o seu resultado de 2017, o Tesouro disse que a "rigidez alocativa contribuiu para a execução (das despesas) abaixo da programação". Segundo ele, "mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações (Funpen) e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa".

As despesas que não foram pagas em 2017 viraram restos a pagar e vão pressionar as contas deste ano e dos próximos, quando forem quitadas.

Corte de despesas 'no limite' ameaça as reformas no futuro governo, diz ministro

Por Fabio Graner | De Brasília

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, e o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida destacaram ontem as dificuldades fiscais que o próximo governo terá e a necessidade de se realizarem reformas, principalmente a da Previdência, porque a capacidade de cortar despesas discricionárias (aquelas que o governo tem liberdade para mexer) está no limite.

"Todo ajuste hoje está sendo feito na despesa discricionária. Está se deixando camisa de força absurda para próximo governo", ressaltou Colnago, que abriu o seminário Cenários Fiscais, promovido pela Instituição Fiscal Independente (IFI).

"Fazer ajuste fiscal cortando despesa é difícil, porque tem que atingir gastos obrigatórios e não tem solução fácil", disse Mansueto, que também participou do mesmo evento. "O problema é que gastamos muito com Previdência. Em pleno século 21, e as pessoas estão se aposentando muito cedo", acrescentou.

Segundo o secretário do Tesouro, o valor real da despesa discricionária hoje é o mesmo de

2009 e não será possível completar o ajuste só cortando esse tipo de despesa. "Vamos ter que entrar em despesa obrigatória", disse, lembrando que 95% do crescimento das despesas desde 1999 foi concentrado em pessoal e previdência.

O ministro do Planejamento explicou que ainda que, além da dificuldade de se reduzir gastos, o orçamento no Brasil tem amarras, como o excesso de vinculações entre receitas e despesas e a falta de visão de longo prazo. "Falta racionalidade no orçamento, cria-se amarras que são impossíveis de gerir. Preciso criar condições de pensar o médio prazo", disse, reiterando a necessidade de reformar a Previdência, o gasto com pessoal e também de se caminhar para reformas microeconômicas, para ampliar o crescimento do país.

Os representantes do governo defenderam o teto de gastos, cuja sustentabilidade tem cada vez mais sido questionada. Mansueto disse que o teto de gastos é um projeto de ajuste fiscal gradual, mas reconheceu que a medida é muito difícil de ser cumprida.

O secretário reforçou que o ajuste fiscal é tema para campanha eleitoral, destacou que o processo tem que ser gradual por conta do

tamanho da necessidade de ajuste, mas ponderou que negar a necessidade dele ou querer ainda mais gradualismo é um risco.

Já Colnago disse que não dá para simplesmente falar em se retirar o teto e enfatizou ser necessário discutir algo que dê sustentabilidade para as contas públicas no longo prazo. Nesse sentido, ele afirmou que, o próximo governo terá que discutir previdência, os programas do setor público, de forma a diminuir o enrijecimento do orçamento e dar alguma margem de manobra para o governante. Colnago ressaltou que esse problema também atinge Estados e municípios, cujos governadores hoje estão meramente gerenciando folhas de pagamento, o que pode se tornar a situação da União.

Também participando do seminário, secretário de Orçamento Federal, George Soares, disse que sem o teto de gastos o governo teria que fazer um ajuste fiscal mais forte. "Sem o novo regime fiscal [teto], não teria como fazer ajuste gradual. O problema não é o teto. Mas você precisa fazer outras reformas em si e só é possível ter tempo para fazer isso por conta do teto", disse. "Não fazer reformas é brincar com fogo e com álcool".

Para ministro, próximo governo enfrentará 'camisa de força' fiscal

Colnago afirmou que não há espaço para subsidiar dívidas dos estados

BÁRBARA NASCIMENTO

-BRASÍLIA- O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse ontem que a incerteza da trajetória das contas públicas dificulta o crescimento do setor privado de acordo com seu potencial. Em seminário promovido pela Instituição Fiscal Independente (IFI), o ministro destacou que, sem reformas estruturais para reverter o crescimento das despesas obrigatórias, que avançam sobre o Orçamento público, o país deixa uma "camisa de força absurda" para o próximo governo.

Ele frisou que, se o gasto obrigatório continuar avançando, o governo passará a ocupar um papel de mero gestor de folha de pagamentos: — O crescimento nos déficits públicos leva a um enrijecimento absurdo do Orçamento. Vamos ter 98% das dotações do governo disponibilizadas para despesas obrigatórias. Talvez o governo vire o que muitas prefeituras são hoje, um gestor de folha de pagamentos. É muito pouco para um governo.

Ele afirmou ainda que o governo analisa como atender a um dispositivo aprovado pelo Congresso Nacional no fim do ano passado que determina que a União abra uma linha de crédito para financiar o pagamento de precatórios (valores devidos em perdas judiciais) de estados e municípios.

Colnago afirmou que não há espaço orçamentário para isso e lembrou que a Constituição Federal veda a criação de despesas que não cabem no Orçamento. O artigo foi incluído na Emenda Constitucional 99, que instituiu um novo regime para pagamento de precatórios. — O artigo 167 da Constituição diz que é preciso ter dotação orçamentária para cumprir com obrigações. Embora tenha sido uma emenda constitucional, preciso saber se ela está em conformidade com a própria Constituição. Preciso olhar dentro do espaço que eu tenho para poder, se for o caso, dar espaço para essa nova obrigação.

IMPACTO NÃO É IMEDIATO

O mesmo argumento foi usado pela equipe econômica para adiar o cumprimento de um outro dispositivo aprovado neste ano, que prevê desconto em dívidas de produtores com o Funrural. Neste caso, o Tesouro emitiu um comunicado para os bancos determinando que os débitos não fossem renegociados enquanto o governo não encontrasse espaço no Orçamento. O ministro não quis dizer qual é o tamanho do impacto que a abertura de uma linha de crédito com juros subsidiados aos governos regionais teria para a União.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, também não quis dimensionar o tamanho do rombo, mas explicou que, como os estados têm um prazo para pagar os precatórios, o impacto financeiro dessa medida não

deve ocorrer em 2018 nem em 2019. Além disso, os governos regionais têm de, primeiro, esgotar todas as outras fontes de recursos previstas na legislação para quitar os precatórios antes de utilizar a linha de crédito. Entre elas estão, por exemplo, recursos próprios e depósitos judiciais. — Pela forma que está escrita a emenda constitucional, vamos supor que o estado tem um precatório de R\$ 10.

Não significa que ele possa acessar a linha imediatamente para ter os R\$ 10. Primeiro, ele tem que fazer outros mecanismos para pagar os precatórios, antes de acessar a linha. Então, o impacto financeiro não é imediato. Segundo Mansueto, o governo ainda estuda a legislação para entender se há mesmo necessidade de que a linha de crédito seja aberta aos estados neste ano. Ele aponta que a emenda constitucional aprovada pelo Congresso diz apenas que a regulamentação tem de ser aprovada até o dia 30 deste mês.

Mas não é clara se os governos regionais já podem ter acesso a ela imediatamente. Como há um período para pagar os precatórios e todas as fontes de recursos têm de ser esgotadas, isso estenderia o prazo para o governo: — Tem que ser regulamentado a partir de 30 de junho, mas não é claro se passa a vigorar imediatamente. O programa precisa estar regulamentado a partir de 30 de junho. Então, o governo tem que enviar o projeto até lá.